

## **Cultura política e contra-hegemonia: o socialismo e a decisão do voto no Brasil dos anos 2000<sup>1</sup>**

*João Ignacio Pires Lucas<sup>2</sup>*

---

**Resumo:** Este trabalho discute duas dimensões da relação entre hegemonia e cultura política. Num primeiro momento, é discutida a interação mais geral entre a hegemonia, no seu sentido gramsciano, e a cultura política, no seu sentido comportamentalista, mesmo que ambas abordagens tenham tido origens diferentes, a primeira no marxismo ocidental e a outra no behaviorismo americano. No segundo momento, a discussão passa para o nível da decisão do voto e da transformação do socialismo numa variável de análise que possa produzir efeitos conjunturais na escolha dos partidos e candidatos na eleição. Para isso, serão utilizadas pesquisas de cultura política realizadas em Caxias do Sul, RS, ao longo dos anos 2000, além de uma revisão teórica dos principais expoentes do socialismo e das abordagens da cultura política e da hegemonia. A hipótese central é que o socialismo está presente sim, e que tal discussão representa um momento especial de crítica da hegemonia (neo)liberal pró capitalismo globalizado.

**Palavras-Chave:** Hegemonia. Socialismo. Cultura Política.

---

### **Contra-hegemonia no Brasil dos anos 2000.**

O conceito de hegemonia em Gramsci (2002), desde o final dos anos 30 do século XX, tem servido como referência do processo de transição do capitalismo para o socialismo, para os grupos de esquerda, mas também tem servido como um referencial teórico para a compreensão contemporânea do peso da cultura e da ideologia no processo de reprodução política e econômica da sociedade ocidental, já muito abalada e transfigurada no seu modelo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura Política, Comportamento e Opinião pública do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup> Professor de Universidade de Caxias do Sul. Doutor em Ciência Política. E-mail: [jiplucas@ucs.br](mailto:jiplucas@ucs.br)

tradicional de articulação entre o capitalismo e a democracia pelas ondas neoliberais e da globalização. Para o caso do Brasil, tanto para a explicação dos longos processos de ditaduras e curtos processos de democracia, mesmo no período republicano, seja para a construção de estratégias de transformação social, ou para estratégia de dominação capitalista, a teoria da hegemonia pode contribuir especialmente com uma visão mais apurada do papel da cultura política na manutenção e transformação, ao mesmo tempo gerando informações para os dois lados (para a direita e esquerda).

Outro desdobramento significativo desse esforço teórico diz respeito ao estudo do Governo Lula, e dos efeitos hegemônicos que ele produziu. Nesse sentido, nossa principal hipótese para este trabalho é que os oito anos do Governo Lula contribuíram significativamente para o processo de “ocidentalização” do Brasil, que serve como base institucional e social para a existência de uma verdadeira hegemonia capitalista e liberal, ao mesmo tempo em que também serviu para o incremento da contra-hegemonia, ou seja, no sentido do socialismo.

Nesse sentido, mesmo que o Brasil tenha seguido um caminho de apoio ao desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo do século XX, faltavam certos elementos sociais e políticos para que esse país realmente efetivasse um modelo de hegemonia que contivesse as bases principais dos consensos necessários e até das críticas e contra-hegemonia<sup>3</sup>. Por isso, certos autores, como Coutinho (1999), reforçaram conceitos paralelos ao de hegemonia, como os de “via prussiana” e “revolução passiva”, oriundos também do trabalho de Gramsci (2002) e de Lênin (1973). Via prussiana e revolução passiva são conceitos oriundos de uma releitura de Gramsci e Lênin das obras de Marx, quando eles estavam refletindo sobre o tipo de transformação liberal ocorrida em países cujas condições políticas não foram de luta de movimento (revolução burguesa) e posterior implementação do Estado democrático de direito. Segundo Gramsci (2002), a “revolução passiva” tem relação com o modelo italiano do *Risorgimento*, com lentas mudanças graduais da luta de posição.

---

<sup>3</sup> Segundo Coutinho (1999), o Brasil seguiu um modelo de “ocidentalização” que se pode dizer parcial e a partir de processos mais autoritários e excludentes social e politicamente. Tanto que esse autor utiliza-se de outros modelos para o entendimento da política no Brasil que foram comentados por Gramsci e Lênin, como os da “revolução passiva” e “via prussiana”. Sobre o capitalismo tardio, há o texto de Mandel (1985). Aliás, a condição estagnante do capitalismo descrita por Mandel é muito atual e marca a base da situação da crise dos anos 2008.

Sobre a via prussiana, Lênin (1973) havia comentado sobre ela como modelo para a situação da Prússia de Bismark, local com uma política autoritária vinda pelo alto e com a cooptação da burguesia sem o oferecimento dos direitos políticos “ocidentais”. Isso levou que muitas vezes os setores populares de esquerda no Brasil tivessem enveredado para a disputa aberta contra o poder, como nos casos das lutas armadas dos anos 20 e 70.

Mas, com o Governo Lula esse cenário mudou e o Brasil consolidou, ainda que com certas falhas, um modelo de hegemonia nos moldes ocidentais, abrindo a possibilidade para que a própria luta contra-hegemônica assumira um novo patamar. Esse resultado efetivou a hegemonia de uma cultura política liberal, não mais tão marcada pelo viés neoliberal, mas ainda baseada num tipo de democracia (a representativa), num tipo de Estado (burguês), e num tipo de política (restrita ao endosso da relação subserviente da sociedade civil em relação à sociedade política – sendo que a sociedade política ainda relativamente autoritária e povoada por partidos políticos cada vez mais institucionais, mesmo os que buscam o socialismo). No caso da constituição e das eleições, não foram realizadas nenhuma grande ruptura institucional, e do ponto de vista ideológico, não houve a tentativa de criação de nenhum outro consenso. Porém, foram importantes as iniciativas de inclusão social e controle do Estado por parte da sociedade civil<sup>4</sup>, além da entrada forte de atores de esquerda nos fóruns de decisão governamental.

Com o Governo Lula, mais do que a inclusão social de pobres e miseráveis na sociedade de mercado e de consumo, que ocorreu em larga escala, houve a efetiva inclusão política na arena de decisões nacionais de segmentos expressivos dos movimentos sociais e de contestação, a partir da vinculação com os partidos da base governista (Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, e Partido Socialista Brasileiro – PSB), os quais controlam os principais movimentos sociais no Brasil: como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a União Nacional dos Estudantes – UNE, por exemplo, além de fortes relações com movimentos não partidários como o Movimento dos Trabalhadores Sem

---

<sup>4</sup> Mudanças na Política Nacional de Assistência Social – PNAS – no sentido de maior controle social e participação dos usuários na elaboração da política e nas discussões sobre o seu próprio atendimento, além da criação em 2004 do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do aumento dos recursos e programas para a assistência. Houve mudanças na legislação e fiscalização da “filantropia” e das entidades beneficentes que prestam assistência.

Terra – MST, e Movimento da Economia Solidária – MES, que organizam setores subalternos da cidade e do campo. Foram também bastante valorizadas as Conferências Nacionais que discutem as políticas públicas, como as Conferências nas áreas da Assistência Social e Saúde. Ou seja, houve um desenvolvimento político da sociedade civil (mais organizada) que serviu para equilibrar um pouco a relação sociedade civil e sociedade política<sup>5</sup>.

Esse processo de “ocidentalização” que ampliou a base de atuação da sociedade civil, não conseguiu realmente ultrapassar o marco da sociedade burguesa, a partir da construção de uma nova hegemonia ou novo consenso. Serviu, sim, para a inclusão social e política na sociedade “ocidental” já existente e relativamente aprimorada depois do Governo Lula. Nesse sentido, O Governo Lula fechou um ciclo da revolução passiva liberal, de conquistas na luta de posição, só que não mais na lógica autoritária de antes, e nem baseada apenas nas teses neoliberais de Collor, Itamar e Cardoso (ex Presidentes entre 1990 e 2002). Esse ciclo que fecha, representa o fim de uma fase de construção da hegemonia, ciclo que finalizou mais progressista do que na época do seu início, que finalizou com um relativo projeto de desenvolvimento nacional, algo que não existia quando começou, e finalizou com a entrada em parte da direção hegemônica do capitalismo no Brasil – aquela vinculada às ações do Governo Federal - de alguns setores sociais e políticos da esquerda, fenômeno já verificado na Europa dos anos 50. O fim do ciclo aponta para novos desafios tanto para a esquerda que deseja uma nova hegemonia, como aqueles que lutam pelo socialismo, quanto para a direita liberal que almeja manter a dominação nos patamares atuais.

A ocidentalização nos anos 2000 no Brasil apresenta diferenças de peso entre a formação social desse país e as formações sociais de outros dois grupos de países, os da Europa (Inglaterra, França e Alemanha) e Estados Unidos, de um lado, e entre os países da

---

<sup>5</sup> Tem sido amplo o debate sobre a sociedade civil nas últimas décadas, especialmente por causa dos movimentos sociais e políticos que lutaram contra as ditaduras na América Latina e Leste Europeu, além dos movimentos sociais reivindicativos no ocidente (movimento de gênero, de orientação sexual, de moradores e sem terra etc). Segundo Cohen e Arato (2000), a sociedade civil é um campo entre a esfera do Estado e a esfera do mercado, lugar de uma organização social do tipo das associações, nos locais de moradia, grupos de pares etc. Pelo lado da tradição de Gramsci e da sua obra há Semeraro (1999), que reforça a tese da relação dialética entre a sociedade civil (esfera das classes sociais e da ideologia como base da hegemonia) e a sociedade política como “momento” de tomada de decisão nas instituições políticas (como o Estado).

América Latina, especialmente os casos da Venezuela e Bolívia, de outro lado<sup>6</sup>. No caso dos países tradicionais da revolução burguesa, depois da tentativa de articulação de um Estado democrático de direito com a produção e distribuição de mercadorias, depois da Segunda Guerra Mundial a hegemonia baseou-se num pacto entre os representantes do grande capital com os representantes dos trabalhadores para a construção do Estado Providência ou de Bem Estar Social. Nesse sentido, o salto de qualidade nas condições sociais dos trabalhadores e demais segmentos sociais subalternos foi negociado a partir de um Estado que também construiu condições para o crescimento do poder político e financeiro das grandes empresas dentro dos seus países e no cenário internacional<sup>7</sup>. Com o “esquecimento” da revolução e do socialismo, os partidos e grupos políticos adeptos do socialismo aderiram pragmaticamente à melhoria do sistema, a partir de um modelo político restrito e seguro para o grande capital.

No caso dos países Latino-americanos, como Venezuela e Bolívia, ao longo do século XXI os setores subalternos cansaram de esperar que as suas elites reproduzissem àquele modelo tradicional verificado na Europa. Também contribuiu muito para isso as medidas letais do neoliberalismo e da fragilidade das suas elites de criarem consensos que não fosse pela cooptação e autoritarismo. Por isso, a esquerda e os movimentos sociais adeptos do socialismo optaram por iniciativas baseadas no Estado para arrecadar fundos dos recursos naturais (como do petróleo e do gás) suficientes para a inclusão de parcelas pobres numa nova sociedade civil com mais condições sócio-econômicas e poder político. A novidade no padrão político de “ocidentalização” desses países foi que as constituições e eleições não foram rasgadas pura e simplesmente, como era de se esperar numa luta de movimento, mas foram utilizadas para reformas significativas de inclusão na arena política de setores marginalizados. O que tem deixado a direita internacional e o grande capital atordoado é que

---

<sup>6</sup> Alguns textos alternativos para as discussões e reflexões da grande imprensa mundial e brasileira são os trabalhos de Stefanoni (2006) e Harnecker (2004), além da coletânea organizada por Samuel Guimarães e Cardim (2003).

<sup>7</sup> Um texto de Boaventura de Sousa Santos de (2002) descreve o surgimento do Estado de Providência no século XX, a partir de uma reposição do Estado como ente gerenciador do capitalismo “organizado”. Pelo lado dos desdobramentos na relação centro-periferia, Marini (2000) é uma referência sobre os desdobramentos para o Brasil de tal Estado Providência da Europa. Pelo lado dos aspectos políticos ligados aos partidos socialistas na Europa, o texto de Przeworski (1989) revela as posições dos partidos de esquerda e de como eles foram caminhando para o centro na medida em que ajudavam na construção das políticas sociais.

as reformas estão sendo realizadas pela via legal, ainda que se possam verificar certas restrições nos espaços à imprensa liberal e a grupos sociais conservadores.

Se a construção da hegemonia liberal no Brasil dos anos 2000 contou com o papel dos partidos de esquerda socialista para uma conotação mais social e democrática (do que a usualmente empregada pelos setores políticos mais conservadores), o caminho da contra-hegemonia também tem dependido de partidos políticos do campo da esquerda socialista, com certa participação dos mesmos que serviram e servem à hegemonia capitalista. Tal aparente contradição tem fundamento na relação entre os dois modelos tradicionais de transição ao socialismo<sup>8</sup>, o modelo da revolução ativa, ou de movimento, caracterizado na literatura específica muitas vezes como assalto ao Palácio de Inverno, e o modelo da eleitoral, também chamado de guerra de posição. Porém, desde 1895, num texto de Engels (1973), escrito como prefácio para a obra de Marx, *lutas de classes na França*, a equação política dos dois modelos pode ser vista como complementar e não excludente.

Los dos millones de electores que envia a las urnas, junto com los jóvenes y las mujeres que están detrás de ellos y no tienen voto, Forman la masa más numerosa y más compacta, la 'fuerza de choque' decisiva Del ejército proletario internacional.

Nosotros, los 'revolucionarios', los 'elementos subversivos', prosperamos mucho más com los médios legales que com los ilegales y la subversión. [ENGELS, 1979:23,24].

A construção da hegemonia, segundo Gramsci (2002)<sup>9</sup>, depende de conjugação histórica de um conjunto de fatores da estrutura econômica e da superestrutura cultural e política, sendo que o processo de cimentação (coesão) seria dado pela existência de uma ideologia dominante (visão de mundo da classe dominante), a cargo da ação de intelectuais (orgânicos e tradicionais), que serviria como base para a organização de um bloco histórico (aglutinando as classes dominantes e subalternas) na criação de consensos no nível da cultura, englobando desde as questões de cunho mais filosófico até às questões de caráter mais comum, do senso comum e do folclore. Para a condução desse processo, além dos intelectuais já citados, haveria a necessidade de um *condottiere*, transfigurado na função dos modernos partidos políticos, que faria a ligação entre o setor dirigente e as frações e setores

---

<sup>8</sup> Bambirra (1993), faz um exaustivo balanço da tradição marxista sobre a transição rumo ao socialismo combatendo a visão eurocomunista que focava apenas na luta eleitoral, além do abandono do conceito de ditadura do proletariado.

<sup>9</sup> Outros comentaristas sobre o conceito de hegemonia em Gramsci: Gruppi (1980) e Portelli (1977).

dirigidos (isso dentro da classe dominante), além ação dominante, propriamente dita, em relação às classes subalternas. É claro, isso tudo dentro de uma determinada formação social, e a partir do modo de produção (estrutura).

Para a ruptura e a criação de uma outra hegemonia a luta deveria articular, dentro de um cenário concreto da formação social e do modo de produção, a ação de partidos, de intelectuais, de classes sociais e todo o aparato cultural e ideológico para a materialização social do novo senso comum (bom senso). Nesse sentido, que o pensador italiano via a movimentação da luta de posição como a ideal para as sociedades “ocidentais” ou “ocidentalizadas”: sociedades marcadas pelo Estado democrático de direito, marcadas por várias instituições no campo da cultura e da organização da sociedade civil. Na luta contra-hegemônica é preciso que dentro da sociedade civil exista uma certa coesão de um novo bloco histórico de classes e frações de classes que desejem uma nova hegemonia, bem como é preciso que na ação da luta de movimento existam instituições como partidos políticos que façam a ponte entre os intelectuais orgânicos que os mais amplos setores das classes.

Se pelo lado da construção de uma nova hegemonia depende-se muito dos partidos políticos, eles no caso concreto do Brasil não estão integralmente à altura desse desafio, pois há tanto uma fragilidade organizacional quanto teórica. A fragilidade pelo lado da organização já começa pela relação entre eles na medida em que estão divididos, dentre outros motivos, entre dois grupos em relação ao apoio ao Governo Federal (tanto no caso de Lula, quanto no atual caso de Dilma). De um lado estão os partidos com maior base e representação, o PT, o PCdoB e o PSB, e de outro lado estão os partidos mais radicais e de pouca base e representação, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, o Partido do Socialismo e Liberdade - PSOL, o Partido da Causa Operária – PCO, e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado- PSTU. Esses últimos, nas eleições de 2002 a 2010 atingiram, no total, 0,5% dos votos em 2002 (PCO e PSTU), 6% em 2006 (PSOL – isso porque a candidata tinha sido a Senadora Heloisa Helena, muito conhecida na mídia pela sua atuação contrária a corrupção), e 1% em 2010 (para os quatro partidos).

E pelo lado da organização interna, a fragilidade tem crescido ao longo dos últimos anos, especialmente no PT, o maior deles, em que a vida interna, antes ativa e cotidiana, cada vez mais parece como nos partidos tradicionais, funcionando apenas nos e para os períodos

eleitorais. Nesse sentido, a existência de dois grupos de partidos já é um fator que dificulta a luta contra-hegemônica de uma nova sociedade, além da crescente desorganização interna.

Pelo lado da teoria, não há um mote político que possa representar uma ruptura com a ordem hegemônica, como foi o da ditadura do proletariado, conceito que significou um objetivo estratégico e polêmico para a luta do socialismo<sup>10</sup>, e não a mera repetição do “politicamente correto” como hoje em dia. De qualquer forma, o socialismo ainda é o principal aglutinador do novo, mesmo que existam várias versões e entendimentos. Como base comum, por exemplo, há a questão da democracia participativa e o crescimento da política social. Mas, a construção de uma nova hegemonia precisa que os partidos e grupos de esquerda, que buscam o socialismo, tenham outras propostas que sirvam para aglutinar os setores subalternos.

Por isso, este trabalho procura também verificar os efeitos na cultura política da sociedade brasileira dessas iniciativas todas, especialmente os contornos da luta contra-hegemônica entre os indivíduos (eleitores). Nesse sentido, outra base teórica é utilizada, as pesquisas de cultura política que investigam, dentre outras questões, os processos de tomada de decisão em relação ao voto (base comentada na seção posterior). Mesmo que a base epistemológica seja a do individualismo e do behaviorismo, essas pesquisas trazem informações relevantes sobre os efeitos no conjunto da sociedade de muitas ações desenvolvidas pelos partidos e intelectuais, que são, geralmente, apenas estudadas pelo lado dominante e da ação das elites. No caso desse trabalho, portanto, a cultura política da sociedade é vista como um efeito das ações dos grupos que constroem a hegemonia e a contra-hegemonia, especialmente sobre a ação dos meios de comunicação e dos partidos políticos, tendo como base o período eleitoral. A escolha desse momento ocorre porque ele tem sido encarado, cada vez mais, como sendo de pouca ou nenhuma adequabilidade para as grandes discussões sobre o socialismo. Dessa forma, se essa discussão tem sido relevante no momento da decisão do voto é porque ela é muito mais importante em outras situações do dia a dia da luta cultural e ideológica. Para tanto, serão analisados dados de cultura política coletados em Caxias do Sul, RS, ao longo dos anos 2000.

---

<sup>10</sup> Gruppi (1980) comenta sobre a atuação de Lênin na Revolução Russa e da bandeira da ditadura do proletariado como tendo sido importante para essa luta.



## **A decisão do voto e o socialismo nos anos 2000**

Dos vários estudos que lidam com dados empíricos sobre os momentos de decisão do voto no Brasil, três se destacam por fugirem, de certa forma, da regra tradicional desse campo de estudo<sup>11</sup>. Dois deles foram escritos para a explicação da decisão do voto em eleições presidenciais, Carreirão (2002) e Singer (2000), e um deles dentro de uma perspectiva mais ampla da cultura política, Soares (2001). Os dois primeiros, então, são relevantes porque atribuíram peso significativo na decisão do voto por parte dos eleitores, mesmo os com menos escolaridade e renda, aos aspectos ideológicos ligados ao gradiente esquerda/direita. Soares (2001) vai além, na medida em que analisou certos períodos da política nacional a luz da questão metodológica de classe, tentando articular voto e classe social. Ou seja, todos os três, de alguma forma, destacaram elementos culturais e ideológicos que nem sempre são facilmente verificados pelos roteiros das entrevistas quantitativas.

Nos estudos sobre as eleições presidenciais, o voto ideológico tem sido discutido e em muitos testes empíricos tem sido destacado o seu peso no momento da decisão do voto, seja porque o eleitor vota nos candidatos e partidos da sua ideologia, geralmente definida dentro da tradicional distinção entre esquerda ou direita, seja porque o eleitor até nem percebe isso, mas o analista encontra certos tipos de associação entre os motivos do voto e as questões ideológicas. É claro, não se pode esperar que os eleitores fossem doutores em teoria política, pois até mesmo os candidatos e partidos políticos não se colocam nitidamente sobre tais questões. Mas, a condição dos eleitores posicionarem-se ideologicamente e decidirem o seu voto de maneira tal que esse posicionamento tenha algum valor, não deixa de ser um aspecto crucial para a luta hegemônica e contra-hegemônica.

Como bases empíricas desse trabalho, foram utilizadas informações coletadas em alguns levantamentos em Caxias do Sul, ou diretamente relacionados a tal cidade do Rio Grande do Sul. Uma cidade com mais de 400 mil habitantes, com um processo político

---

<sup>11</sup> Algumas contribuições de revisão da literatura e coletâneas são úteis para a visualização dos principais argumentos dos estudos de comportamento eleitoral no Brasil, como as de Figueiredo (1991) e Silveira (2002). Como exemplo de estudo de um caso específico, ver: Almeida (2006).

diversificado e com a existência de vários movimentos sociais organizados, tanto pelo lado dos setores subalternos (como o movimento sindical e comunitário), quanto pelo movimento social das elites (nas suas associações de classe empresarial e intelectual). Foram, então, duas pesquisas quantitativas no ano de 2002: uma desenvolvida em painel de três ondas - abril, agosto e outubro - com mais de 2000 entrevistas em cada uma e com foco nas eleições daquele ano para Presidente<sup>12</sup>; outra pesquisa foi com jovens estudantes do ensino médio e universitário e com um foco mais para a dimensão da cultura política e ideologia<sup>13</sup>. Também serão utilizadas informações sobre uma pesquisa em jornais impressos do ano de 2004, o *Jornal Pioneiro* (do grupo RBS), com tiragem em Caxias do Sul e região nordeste desse estado, e a *Folha de São Paulo*, como um jornal com parâmetro nacional.

O painel realizado em 2002 para as eleições presidenciais confirmou que a motivação ideológica relacionada ao posicionamento esquerda/direita contribui significativamente para a decisão do voto. As tabelas 1 e 2, mostradas abaixo, trazem informações sobre o auto posicionamento ideológico esquerda/direita (e entre essas opções as de centro-esquerda, centro ou centro-direita) e voto para Lula ou Serra – principais candidatos - nos três momentos (abril, agosto e outubro - entre os primeiro e segundo turnos) do estudo em painel. É importante que seja salientado que do total de entrevistados, mais de 60% enquadram-se num ponto desse gradiente.

Entre os três levantamentos, os eleitores de esquerda e demais opções, além de aderirem majoritariamente aos dois candidatos citados (Lula e Serra), apresentaram uma significativa coerência com os históricos dos dois candidatos. Lula foi o candidato majoritariamente escolhidos pelos eleitores que se identificaram com a esquerda e centro-esquerda, ao mesmo tempo em que Serra ficou na frente entre os eleitores de direita e centro-direita. Outro aspecto relevante é que entre os três levantamentos há um aumento da coerência dentro das opções, pois Lula marcou em outubro mais votos entre os eleitores de esquerda (e centro-esquerda) e Serra entre os de direita (e centro-direita) do que àqueles pontos verificados em abril para eles mesmos. Ainda que Serra tivesse tido uma militância na

---

<sup>12</sup> Esse painel foi desenvolvido por pesquisadores ligados as Universidades de Houston e Pittsburgh, dos EUA, contando com a colaboração de pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul, RS.

<sup>13</sup> Essa pesquisa entrevistou 1181 jovens do ensino médio e universitário de Caxias do Sul, contando como auxílio da Universidade de Caxias do Sul e Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

UNE e Lula estivesse se apresentando como um candidato viável ao grande capital, ainda podiam ser visíveis os traços ideológicos deixados por eles e seus partidos, o PT e o PSDB.

Tabela 1. Decisão do voto para Presidente 2002 e ideologia.

<b>Auto-identificação do entrevistado</b>	<b>voto</b>	<b>1 onda abril</b>	<b>2 onda agosto</b>	<b>3 onda outubro</b>
<b>Esquerda</b>	Lula	71%	73%	87%
	Serra	19%	20%	11%
<b>Centro-esquerda</b>	Lula	58%	60%	70%
	Serra	28%	25%	21%
<b>Centro</b>	Lula	32%	28%	37%
	Serra	57%	56%	53%
<b>Centro-direita</b>	Lula	15%	22%	14%
	Serra	75%	68%	78%
<b>Direita</b>	Lula	22%	25%	23%
	Serra	66%	66%	71%

Fonte: pesquisa de cultura política em Caxias do Sul, 2002.

Essa coerência fica ainda mais nítida com os dados apresentados na tabela 2. Nela constam informações não apenas sobre a auto-identificação dos eleitores, mas também sobre a visão que eles tinham das ideologias dos candidatos. Nesse sentido, pode-se constatar que os eleitores de esquerda até apresentaram uma coerência maior do que os de direita. No caso das opções entre Lula e Serra, Serra recebeu em outubro menos de 20% de voto entre os eleitores de esquerda e centro-esquerda, mesmo entre aqueles que achavam que a ideologia de Serra era de esquerda ou centro-esquerda. No caso de Lula, que venceu as eleições em 2002, os eleitores de direita e centro-direita, que também achavam que Lula era da mesma ideologia, optaram mais por esse candidato. É claro, além de revelar uma grande vantagem política de Lula, bem visto entre os eleitores de esquerda e com penetração na direita, as tabelas revelam que há uma coerência entre o que os eleitores pensam sobre si e sobre os candidatos quanto aos aspectos ligados ao gradiente esquerda/direita.

Tabela 2. Decisão do voto para Presidente 2002, ideologia do entrevistado e do candidato.

<b>Auto-identificação do entrevistado</b>	<b>Ideologia do candidato na visão do entrevistado</b>	<b>1 onda abril</b>	<b>2 onda agosto</b>	<b>3 onda outubro</b>
	Qual a ideologia de Lula	votar Lula	votar Lula	votar Lula
<b>Esquerda</b>	Esquerda	72%	82%	91%
<b>Centro-esquerda</b>	Centro-esquerda	76%	82%	90%
<b>Centro-direita</b>	Centro-direita	0%	80%	100%
<b>Direita</b>	Direita	50%	53%	79%
	Qual a ideologia de Serra	votar Serra	votar Serra	votar Serra
<b>Esquerda</b>	Esquerda	25%	30%	19%
<b>Centro-esquerda</b>	Centro-esquerda	60%	33%	18%
<b>Centro-direita</b>	Centro-direita	88%	75%	93%
<b>Direita</b>	Direita	73%	76%	82%

Fonte: pesquisa de cultura política em Caxias do Sul, 2002.

O importante a ser destacado nesse momento é que as motivações ideológicas, por mais difusas e complexas que sejam, apontam para uma dimensão de análise favorável para o reconhecimento de um campo de luta política marcado pela ideologia. Complementarmente, a eleição de 2002 trouxe a vitória de um candidato visto como sendo de esquerda, ou seja, nessa eleição, e a partir de 2002, a aceitação da esquerda aumentou razoavelmente na cultura política diretamente ligada às eleições. Mas, tal aspecto da cultura política eleitoral acaba expandindo-se para outros lugares, o que acaba impactando nas disputas hegemônicas como um todo.

Pelos dados das tabelas, Lula ganhou as eleições como um candidato que vinha do campo da esquerda, campo esse que tem forte relação com a luta pelo socialismo. Mesmo que muitos intelectuais de esquerda, e socialistas, tenham posteriormente considerado limitado o Governo Lula, como Coutinho (2006), esse político ganhou as eleições em 2002 como sendo herdeiro da tradição da esquerda e, de certa forma, do socialismo.

Pelo lado dos estudos comportamentalistas, para os quais a decisão do voto têm tido outras explicações, além das questões ideológicas ligadas ao gradiente esquerda e direita, tais como a abordagem que foca nos aspectos da racionalidade do indivíduo, Lula ganhou porque conseguiu representar fatos concretos, como a “busca pelo emprego perdido”, tese de Almeida (2006). Na verdade, para esses autores, o momento de decisão do voto tem sido visto cada vez mais de maneira sincrônica, a partir do pressuposto de que o eleitor fica restrito a uma visão pragmática que estabelece prioridades pontuais da sua vida. Lula

representou, nesse sentido, um momento pontual de busca do emprego. Porém, a despeito de variáveis conjunturais, muitas vezes construídas no próprio período eleitoral, os eleitores também não são tão manipulados, pois conseguem fazer certas associações históricas. Lula representou, dentre outras questões, a solução pelo emprego também pelo histórico sindical e programático do seu partido, o PT. E o emprego, sempre esteve na luta contra-hegemônica da esquerda, especialmente um emprego com melhores condições de trabalho.

É claro, não se quer reduzir o socialismo como ponto de luta contra-hegemônica à mera identificação difusa com a palavra esquerda, ainda que exista uma forte ligação histórica entre esses dois conceitos, especialmente desde o final do século XIX. Nesse sentido, como a pesquisa sobre a decisão voto para presidente trouxe a ideologia reduzida à tensão entre esquerda e direita, os dados coletados na pesquisa com os jovens em 2002 vai falar mais detidamente sobre essa relação: ideologia e posicionamento esquerda/direita.

A pesquisa com jovens em 2002 articulou a metodologia quantitativa com a qualitativa, a partir da base teórica dos estudos de socialização política desenvolvidos por Percheron (1993)<sup>14</sup> para o caso da França. Esse levantamento permitiu que a relação entre esquerda e socialismo fosse mais desenvolvida, além de permitir testar a possibilidade de articulação entre a abordagem quantitativa e qualitativa num mesmo momento. Ou seja, uma metodologia que ligasse, ao mesmo tempo, o estímulo de uma pergunta fechada com um campo cognitivo e reativo mais amplo que o normal (para esse tipo de pesquisa), pois os entrevistados tinham que escrever ao lado de certos conceitos, como neoliberalismo, socialismo etc., duas palavras que lhe pareciam, naquele momento, representarem sinônimos aqueles conceitos originais.

Dos 1181 jovens entrevistados em 2002 na cidade de Caxias do Sul, 43% não responderam nenhuma palavra ao lado do conceito socialismo, 33% escreveram conceitos positivos (como bom, ótimo, etc) ou utilizaram-se de palavras como esquerda, radicalismo, ou até citaram partidos e sindicatos, e 24% responderam palavras depreciativas e críticas. Ou seja, os entrevistados ficaram praticamente divididos em três grandes grupos, dos que não

---

<sup>14</sup> Nesse estudo também feito com jovens, dentre outros recursos metodológicos, Percheron (1993) solicitou que os jovens escrevessem ao lado de certas palavras (como sindicato, voto, adulto, polícia etc) as duas primeiras palavras que lhes fizessem pensar sobre as palavras “perguntadas”.

responderam, dos que responderam positivamente e dos que se manifestaram criticamente em relação ao socialismo. Dos que escreveram conceitos positivos em relação ao socialismo, mais de 2/3 também foram positivos em relação à esquerda, da mesma maneira que os jovens que escreveram algo positivo para a esquerda repetiram isso para o socialismo.

Isso também ocorreu entre os conceitos de neoliberalismo e direita nas mesmas proporções. O que indica que tanto o socialismo mostrou-se mais próximo do conceito de esquerda, quanto o de neoliberalismo com o de direita, por um lado. Mas, por outro lado, a existência de um significativo contingente que ou não responde ou tem respostas neutras, difusas, revela que os efeitos na cultura política latente dos entrevistados são fortes do ponto de vista da confusão desses termos. De qualquer forma, também na pesquisa de cultura política com os jovens há uma coerência entre certas palavras dentro do vocabulário da política: socialismo combina mais com esquerda, enquanto que neoliberalismo com direita. Por isso, quando nas pesquisas ligadas aos processos eleitorais há uma das variáveis apontando para a auto-identificação dos entrevistados dentro do gradiente esquerda/direita ou eventualmente os entrevistados também acabam rotulando os candidatos nesse gradiente, isso tem revelado significância teórica, na medida em que levantamentos mais qualitativos comprovam tal relação entre socialismo e esquerda.

Em parte essas dificuldades verificadas entre os jovens e em relação à população em geral no que concerne às definições do que seja o socialismo, bem como em relação a esquerda e direita, também é fruto do papel dos meios de comunicação de massa. Na pesquisa com os jovens de Caxias do Sul, quando associadas as variáveis ideológicas à frequência de acesso às diferentes mídias (TV, internet, rádio, jornal) não se encontra nenhuma relação quanto à intensidade de acesso e certas opções, como o socialismo ou neoliberalismo. De outro lado, menos de 5% em média dos entrevistados responderam que nunca acessavam qualquer uma das mídias, resultado que atesta a presença constante dos meios de comunicação na vida política da sociedade. Porém, a pesquisa nos jornais (Pioneiro e Folha de São Paulo) publicados no ano eleitoral de 2004 (eleições para Prefeitos e Vereadores), mostra que a discussão do socialismo quase não foi abordada. No caso do Pioneiro, jornal de circulação na região de Caxias do Sul, interior do Rio Grande do Sul, praticamente não foi abordada matéria ou comentário sobre o socialismo e as eleições, ou de como o socialismo

poderia estar ali representado. No máximo, o conceito socialismo apareceu em várias ocasiões apenas como identificação de candidatos (do PSB), no sentido de que o “candidato socialista” a Prefeitura tinha lançado o seu programa de governo, ou a música dos “socialistas” para o programa de televisão era boa ou ruim, comentários dessa característica<sup>15</sup>.

Na Folha de São Paulo a discussão não foi muito diferente, mas algumas matérias e entrevistas trataram mais detalhadamente esse assunto. Na maior parte das vezes, como no caso anterior do Pioneiro, apareceram comentários sobre a rotina de candidatos “socialistas” e “comunistas”, sem maiores detalhes das suas propostas ou de como deveria ser as propostas de socialistas e comunistas. No máximo, como foi comentado acima, houve algumas entrevistas com especialistas no campo da filosofia ou ciências sociais. Exemplo desse comentário anterior pode ser verificado na entrevista do dia 26 de setembro com o filósofo José Arthur Giannotti, na qual ele comenta mais sobre a democracia, do que o socialismo, e de como seria bom para ela (democracia) se o PT perdesse. No dia 31 de agosto de 2004 a Folha publicou uma matéria sobre uma visita ao Brasil do sociólogo alemão Robert Kurz (intelectual visto como guru da esquerda), sendo que o conteúdo das observações do jornalista em questão foi de que o sociólogo estava criticando a “velha esquerda” e as suas propostas, isto é, numa alusão direta ao PT a aos demais partidos de esquerda.

O mais próximo que a Folha chegou de um debate apropriado sobre a esquerda e o socialismo foi no espaço de “opinião - e debates”, quando em duas ocasiões intelectuais socialistas (e de esquerda) escreveram sobre “a alternativa da esquerda ao neoliberalismo”, Paul Singer, dia 19 de junho, e sobre “o outro mundo possível”, Emir Sader, dia 14 de outubro.

Mas, no geral, para os dois jornais, ou a discussão ficou sempre relegada na mera atualização da rotina de candidatos “socialistas” ou “comunistas”, porque eles estavam concorrendo em partido intitulado socialista ou comunista. O que faltou, na verdade, foi um

---

<sup>15</sup> Como no setor de política do Pioneiro dos dias 3 e 4 de outubro (edição do final de semana) em que o “socialista” Caleb de Oliveira, candidato a Prefeito, comentou sobre um debate realizado nos dias anteriores. Esse tipo de comentário foi repetido dezesseis vezes entre abril e outubro (no segundo turno) na coluna Mirante, assinada por dois jornalistas, e que citou em várias ocasiões a rotina dos candidatos comunistas (do PCdoB) ou socialistas (do PSB), e eventualmente os seus programas de governo, mas sem nenhum aprofundamento sobre um programa comunista ou socialista.

debate mais consistente, e a desculpa de que o eleitor não se interessaria não parece condizer com os dados das pesquisas.

A conclusão do trabalho aponta, dessa forma, para um contexto cultural em que mesmo nos momentos de decisão do voto nas eleições brasileiras há espaço para a discussão do socialismo, não apenas como mais uma variável do jogo político tradicional, mas como uma condição da luta contra-hegemônica. Nesse sentido, o Governo Lula de 2003 a 2010 foi muito útil na medida em que além de contribuir com o fortalecimento da sociedade civil, mostrou que um candidato vindo da esquerda e do socialismo poderia governar o país dentro de uma política de inclusão social.

Porém, a luta contra-hegemônica precisa de um novo patamar, até porque o grupo de partidos da esquerda socialista radical não tem tido apoio e espaço para ampliar a crítica à hegemonia liberal. E o desafio tanto dos partidos que governaram com Lula (e que estão agora governando com Dilma) quanto dos partidos de oposição pela esquerda é que o patamar da contra-hegemonia já alcançou um contexto social de “ocidentalização nunca antes verificado no Brasil. Pelo lado da luta eleitoral, o peso do voto ideológico no século XXI permite que no processo eleitoral sejam feitas reflexões ligando o socialismo ao dia a dia político do país.



## Referências

- ALMEIDA, Alberto Carlos. **Por que Lula?** Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BAMBIRRA, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.
- COHEN, Jean L; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoria política.** México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias.** São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ENGELS, F. **Introducción de F. Engels a la edición de 1895.** In: MARX, Karl. Las luchas de clases em Francia de 1848 a 1850. Moscou: Editorial Progreso, 1979.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. **A decisão do voto: democracia e racionalidade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere volume 3 e 5.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique. **Venezuela: visões brasileiras.** Brasília: IPRI, 2003.
- HARNECKER, Marta. **Venezuela: uma revolución sui géneris.** Espanha: El Viejo Topo, 2004.
- LÊNIN. **Oeuvres vol 22.** Paris: Éditions Sociales, 1973.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- PERCHERON, Annick. **La socialization politique.** Paris: Armand Colin, 1993.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco historico.** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRZEWORKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SEMERRARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVEIRA, Flávio (org.) **Estratégia, mídia e voto: a disputa eleitoral em 2000.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- STEFANONI, Pablo. **La revolución de Evo Morales: de la coca al palacio.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.